



ESTADO DO PARÁ  
República Federativa do Brasil  
**Câmara Municipal de Trairão**  
CNPJ: 10.221.828/0001-23

**DESPACHO PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITA O**

Assunto: ADITIVO DE PRORROGA O DE PRAZO E DE REAJUSTE DE VALOR  
SOLICITANTE: J C A DO NASCIMENTO EIRELI-ME., CNPJ n  19.805.199/0001-53.  
**PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE DE LICITA O N 008/2023-032.**  
**CONTRATO N.  2023022.**

**OBJETO: CONTRATA O DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA ORIENTA O E FORMALIZA O DE TERMO E REFERÊNCIA, BEM COMO ELABORA O E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS, TREINAMENTO OPERACIONAL DE SISTEMAS E PLATAFORMAS, ACOMPANHAMENTO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE LICITA O EM TODAS AS FASES PERTINENTES A CONTRATA O E AQUISI O.**

Prezado Senhor,

Trata-se do PRIMEIRO ADITIVO DE PRORROGA O DE PRAZO E DE REAJUSTE DE VALOR, do contrato n  2023022, com data de vencimento para 31/12/2023 celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE TRAIRÃO e J C A DO NASCIMENTO EIRELI-ME, CNPJ n  19.805.199/0001-53, cujo objeto do contrato   a presta o de serviços de assessoria e consultoria pública, conforme especifica es contidas no PROCESSO LICIT RIO INEXIGIBILIDADE DE LICITA O N  008/2023-032.

DA JUSTIFICATIVA: A presente Justificativa visa fundamentar a realiza o do PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGA O DE PRAZO E REAJUSTE ao Contrato n  2023022, com vencimento em 31/12/2023. A justificativa em questão visa cumprir o disposto no art. 57   2  da lei 8.666/93 que dispõe: “que   2  Toda PRORROGA O DE PRAZO E DE REAJUSTE DE VALOR, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato”.

O procedimento de Aditamento Contratual   totalmente legal e não fere nenhum dispositivo da Lei 8.666/93 e nem mesmo o próprio Contrato realizado entre as partes tendo em vista a possibilidade de prorroga o no vencimento, através de um Termo Aditivo entre as partes. Nota-se que o art. 57, inciso II, da lei 8.666/93 dispõe sobre a possibilidade de o contrato estender – pelo valor limite e pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência do mesmo, quando este referir – se a aquisi o continua de presta o de serviços como trabalhos técnicos profissionais.

Outro fator importante   que os serviços descritos no objeto do contrato   um serviço contínuo, não cessa, não interrompe nossa entidade sempre necessitará de Serviços de consultoria, a necessidade de atendimento das exigências relacionadas a transparência pública, para atender o que preconiza a Lei de Acesso  Informa o (Lei 12.527/2011) e a Lei da Transparência (LC 131/2009), conforme exigências dos Tribunais de Contas, Ministério Público e outros. Sendo assim necessário a contrata o de empresa especializada para prestar serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria técnica para orienta o e formaliza o de termo e referência, bem como elabora o e gerenciamento de contratos, treinamento operacional de sistemas e plataformas, acompanhamento de pregoeiro e equipe de licita o em todas as fases pertinentes a contrata o e aquisi o. Independente do encerramento do contrato, seria necessário logo após a nova contrata o para presta o dos serviços.



ESTADO DO PARÁ  
República Federativa do Brasil

## Câmara Municipal de Trairão

CNPJ: 10.221.828/0001-23

Diante do vencimento do contrato original, não há melhor posicionamento que a prorrogação do contrato, através de Termo Aditivo, uma vez que os serviços prestados são de qualidade superior e que tem atendido a contento as necessidades da Contratante, e que a contratada apresentou a sua regularidade fiscal e trabalhista.

Faz-se necessário manter os serviços junto a Contratante, visto que se tratam de serviços técnicos indispensáveis para que nossa entidade logre sucesso nos seus trabalhos.

Em tempo, além de ser um serviço contínuo, indispensável pela contratante e está previsto na lei a legalidade da prorrogação em casos de Trabalhos técnicos profissionais, e que tecnicamente os serviços contratados satisfazem as necessidades desta entidade, bem como possibilita que a mesma cumpra com seus deveres junto aos órgãos federais, estaduais, municipais, juntamente com o Tribunal de Contas dos Municípios Estado do Pará.

Dessa forma, é irrelevante esta entidade abrir novo processo licitatório para contratação de serviços que já estão sendo executados de forma satisfatória e completa, quando a própria lei prevê a possibilidade de prorrogação do contrato.

Ainda por meio de seu pedido de prorrogação o contratado solicitou que na ocasião da prorrogação seja aplicado como reajuste ao valor da prestação de serviços o percentual de 25%, devido o aumento do custo operacional, em conformidade com o parágrafo único da Clausula Oitava do contrato em epígrafe, sobre o valor do contrato de R\$6.000,00 (Seis mil reais) mensal, obtem-se o seguinte cálculo de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Portanto o presente contrato deverá ser prorrogado por mais 06(seis) meses.

Trairão - PA, 28 de Dezembro de 2023.

**Aridelson de Almeida**  
Presidente da Câmara